

## O DESAFIO DO NOVO MUNDO À GEOPOLÍTICA CLÁSSICA

**Leonardo Luiz Silveira da Silva**

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Salinas  
[leoluizbh@hotmail.com](mailto:leoluizbh@hotmail.com)

### RESUMO

A Geopolítica Clássica, que remonta ao final do século XIX, foi fortemente marcada pelo Realismo Político. Nomes como Mahan, Ratzel e Mackinder produziram modelos analíticos que utilizaram premissas realistas, que estavam, no momento em que edificaram seus trabalhos, condizentes com a realidade das relações internacionais. Com as mudanças apresentadas pelo período pós Segunda Guerra Mundial, outros atores relevantes da arena política global ganharam corpo, fazendo com que a interpretação geopolítica, exclusivamente centrada nas premissas realistas, se tornassem inadequadas. O artigo em questão recomenda a consideração do modelo analítico dos jogos em múltiplas arenas que por sua vez exige a abordagem interdisciplinar. Esta recomendação parte do pressuposto que a abordagem conjunta da Geografia, das Relações Internacionais e das Ciências Políticas dão maior consistência a análise geopolítica, melhor realizada hoje não somente em um plano de análise, mas justamente em planos articulados, análogos a expressão "jogos em múltiplas arenas".

**Palavras-chave:** Geopolítica; Realismo Político; Jogos em Múltiplas Arenas; interdisciplinaridade.

### THE CHALLENGE OF THE NEW WORLD TO CLASSICAL GEOPOLITICS

#### ABSTRACT

The Classical Geopolitics, dating back to the dawn of the twentieth century, was strongly associated to Political Realism. Scholars like Mahan, Ratzel, and Mackinder produced analytical models that used realistic assumptions that were, at the time they built their jobs, consistent with the reality of international relations. With the changes introduced in the post-World War II period, other relevant actors in the global political arena have increased importance, making inadequate geopolitical interpretation exclusively centered on realistic assumptions. The article in question recommends consideration of the analytical model of *nested games* which in turn requires the interdisciplinary approach. This recommendation is based on the assumption that the joint approach of Geography, International Relations and Political Science gives greater consistency to the geopolitical analysis, better performed today not only in a plan of analysis, but precisely in multiple plans, analogous to the expression "nested games".

**Keywords:** Geopolitics; Political Realism; Nested Games; Interdisciplinary approach.

### INTRODUÇÃO

É largamente difundido o fato de que a Geopolítica, enquanto campo de estudo da Geografia, consolidou-se na aurora do século XX. As abordagens de Mahan, Ratzel e Mackinder tinham forte influência do Realismo Político. As características do mundo àquele tempo eram adequadas a essa corrente interpretativa das relações entre países. No pós-Segunda Guerra Mundial, mudanças como o aumento da flexibilização produtiva em escala mundial, lançaram novos desafios à interpretação Geopolítica, ao mesmo tempo em que este campo da ciência geográfica esteve fortemente discriminado como se responsável fosse pelos horrores da Segunda Guerra Mundial. No despertar da Geopolítica, principalmente com a escola francesa da década de 1970, novos paradigmas estavam diante dos pesquisadores do campo em questão, tornando o binômio Geopolítica e Realismo Político

limitado, pelo menos no que tange à interpretação de determinados eventos contemporâneos. Se ainda encontram valor geográfico e histórico, as teses da Geopolítica Clássica não podem emprestar seus métodos nas realidades presentes, pelo menos se os pesquisadores que as utilizam tiveram a pretensão de fundamentar explicações modernas exclusivamente à luz dos paradigmas do início do século passado.

O artigo em questão pretende apresentar as mudanças que tornaram as interpretações do paradigma geopolítico clássico limitadas, ao mesmo tempo em que defende um maior intercâmbio da Geografia e essencialmente da Geopolítica frente à área das Relações Internacionais. Aprioristicamente, a defesa parte do pressuposto que as Relações Internacionais foram muito prolíficas no que tange à criação de campos de interpretação concorrentes ao Realismo Político, mais condizentes frente às transformações observadas no espaço político mundial. Observa-se, ainda, que não é muito comum este intercâmbio, fazendo com que livros de teoria Geopolítica remontem muitas vezes à primeira metade do século passado. Salvo algumas exceções, campos como as Relações Internacionais, as Ciências Políticas e mesmo a Sociologia tem se destacado na produção contemporânea, ao passo que se faz necessário que a pesquisa geopolítica se aventure na abordagem intercientífica para que a Geopolítica não abrigue meramente um compêndio de curiosidades geográficas e históricas.

Geógrafos e Geógrafas, por sua vez, tem a competência de trabalhar realidades políticas de escalas variadas, tendo o trabalho de campo como um componente do seu método científico que permite a leitura de grandes escalas, o que muitas vezes se apresenta como uma lacuna na atuação do analista internacional que realiza estritamente a sua produção científica em gabinete. Assim, renovando a sua abordagem teórica e apoiados em outras ciências que há muito pensam e desenvolvem correntes interpretativas sobre o fenômeno do poder no espaço, os profissionais especializados na Geopolítica encontram um campo amplo para a produção de interessantes abordagens interdisciplinares e interescares, cumprindo o compromisso original da Geografia com a descrição e a interpretação do espaço.

## OS TEXTOS CLÁSSICOS DA GEOPOLÍTICA: DE MAHAN A MACKINDER

Os grandes trabalhos considerados fundadores e que deram corpo ao pensamento geopolítico foram fortemente influenciados pelo contexto internacional do seu tempo. Vivendo em uma época em que a Inglaterra era uma grande potência marítima e senhora de um vasto império colonial, o almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan buscou examinar a história geral da América e da Europa a partir da influência do poder marítimo. Sua obra *“A influência do poder marítimo através da história”* é um dos trabalhos que se associam ao início da Geopolítica, ainda que, no momento de sua publicação (em 1890), o termo Geopolítica ainda não tivesse sido cunhado. Em suas palavras, a história do poder marítimo é largamente, para não dizer somente, uma narrativa de discórdia, rivalidade mútua e violência entre nações, que frequentemente culminava em guerras (MAHAN, 2004). Isto se explicaria pela grande influência do comércio marítimo no bem-estar e na força das nações. Na lógica de Mahan, se uma nação se posicionar geograficamente em uma situação em que não é forçada a defender-se por terra e nem buscar a expansão do seu território por meio dela, terá vantagem em comparação à outra nação que possui limites continentais. Este raciocínio explicaria a grande vantagem que a Inglaterra desfrutava enquanto poder marítimo em relação à Holanda e à França. A posição geográfica de um Estado é um dos elementos de composição do poder marítimo descritos por Mahan (KENNEDY, 1976).

Em sua obra, Mahan escolheu para examinar certo período da história (entre os séculos XVI e XVIII) e dado grupo de Estados (Espanha, Holanda, França e, especialmente, a Inglaterra) que tinham desenvolvido impérios marítimos e coloniais nesse tempo (KENNEDY, 1976). Ainda no final do século XIX, a Inglaterra despontava como grande potência mundial, apesar de ter sido notório ao tempo da publicação das reflexões do almirante a ascensão de poderes emergentes e rivais. Portanto, é plausível admitir que Mahan foi fortemente influenciado pelo seu contexto histórico, examinando como a força do império britânico foi sendo montada, desde a dinastia Tudor, a partir da força de sua marinha e do comércio marítimo.

Sete anos após a obra de Mahan ter sido publicada, ainda no final do século XIX, Friedrich Ratzel publicou uma obra importantíssima para a Geografia Política. Muitos dos geopolíticos mais destacados a consideram fundadora da Geopolítica, apesar de ter sido batizada como *“Geografia Política”* (*Politische Geographie*). É importante destacar que, a despeito do trabalho de Ratzel ter sido negavelmente um dos fundadores da Geopolítica, somente anos mais tarde o termo em questão foi cunhado por Kjéllen (COSTA, 2013). Assim como Mahan, Ratzel foi fortemente influenciado pelo contexto global e da Alemanha do seu tempo. A Europa estava, no final do século XIX, marcada por

grande tensão. As grandes potências donas de vastos impérios coloniais assistiam ao crescimento do poder de outros atores europeus que desejavam acessar as fontes de matérias-primas que se encontravam na África e no Sudeste Asiático, o que colaborava de forma decisiva para a construção de um ambiente de grande rivalidade na Europa. As mudanças observadas pelo crescimento da Alemanha concomitante ao declínio da ilha da Grã-Bretanha na participação do comércio mundial ajudam-nos a ter uma boa medida do rearranjo do poder econômico entre as nações que compunham o sistema europeu de Estados.

**Tabela 1:** Porcentagem do Comércio Mundial (1860-1898)

Ano/País	1860	1870	1880	1889	1898
<b>Grã-Bretanha</b>	25,2	24,9	23,2	18,1	17,1
<b>Alemanha</b>	8,8	9,7	9,7	10,4	11,8
<b>França</b>	11,2	10,4	11,2	9,3	8,4
<b>Estados Unidos</b>	9,1	7,5	10,1	9,0	10,3

Fonte: Kennedy, 1976, p.37.

Outro contexto de grande influência para Ratzel foi a efervescência do darwinismo no pensamento acadêmico de sua época. A “Teoria da evolução das espécies”, obra de grande repercussão publicada em meados do século XIX, inspirou Ratzel a propor analogias que envolviam o campo das ciências naturais e das ciências políticas. Como Claude Raffestin (2011, p.11) se expressou, o legado de Ratzel está num ponto de convergência entre uma corrente de pensamento naturalista e uma corrente de pensamento sociológica. Geoffrey Parker (1998, p.16) argumenta que a metodologia de Ratzel foi baseada na aplicação de sua experiência nas ciências naturais na compreensão e explicação da atividade humana, ainda que o professor e pesquisador alemão conhecesse bem as teorias desenvolvidas no campo da Filosofia Política.

O acadêmico alemão fez o seu doutorado em Zoologia em 1868 e migrou na década de 1870 para os Estados Unidos, sendo este um período que consolidou a sua reputação como um especialista em Geografia (TUATHAIL, 1996). Em 1875 retornou para a Alemanha, quando pode lecionar e desenvolver suas obras de maior relevância. Na obra “Geografia Política” de 1897, ele esboçou as leis naturais que governam a expansão territorial e o aumento dos Estados (TUATHAIL, 1996, p. 29). Ratzel daria ainda uma importância especial para a posição geográfica em sua abordagem ao admitir que os Estados centrais (de amplos limites terrestres), mais dinâmicos, tenderiam a se expandir em direção ao mar, dominando ou anexando vizinhos mais fracos, enquanto que os Estados marítimos tenderiam a desenvolver suas esquadras e a criar colônias (ANDRADE, 1993). Rússia e Alemanha seriam Estados centrais típicos enquanto que a Inglaterra seria um exemplo claro de Estado marítimo. Parker expõe o centro da argumentação ratzeliana acerca de sua analogia biológica que serviria para explicar o caráter expansionista dos Estados:

Ratzel colocou em voga a teoria do Estado como um fenômeno orgânico que estava sujeito às leis de crescimento e desenvolvimento. Estas eram leis que se relacionavam ao comportamento do Estado como uma entidade existente no espaço geográfico e nesse contexto ele examinou a natureza do Estado e seus requerimentos para o alcance da sobrevivência ou do sucesso. Fazendo isso ele aplicou a Teoria da Evolução nos Estados e comparou seus padrões de comportamento com os fenômenos orgânicos do mundo natural. O sucesso dos Estados sustentava Ratzel, era firmemente baseado em seu território e a continuidade do sucesso dependia da maximização de suas vantagens territoriais. Como primeiro passo para atingir o sucesso o Estado precisava assegurar um adequado *Lebensraum* (Espaço Vital) (PARKER, 1998, p.17, TRADUÇÃO NOSSA).

A ideia do *Lebensraum* ratzeliano encontrou os seus detratores. Há quem associasse a relação proposta por Ratzel entre a expansão territorial e o sucesso do Estado com um determinismo ingênuo e incapaz de explicar o mundo tal como ele é. O que está em jogo no pensamento do autor é a ideia de que o solo e seus condicionantes físicos são apenas “um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar esta potencialidade em algo efetivo” (COSTA, 2013, p.35).

Como já foi dito, coube ao sueco Rudolf Kjéllen a honraria de ser reconhecido como o acadêmico que consolidou o então neologismo “Geopolítica”. No começo de sua carreira focou nos aspectos históricos e constitucionais do Estado. Contudo, a grande mudança em sua abordagem é o resultado da influência de Friedrich Ratzel. As ideias do geógrafo alemão associadas à influência dos fatores geográficos na

natureza e no comportamento do Estado introduziram Kjéllen a uma nova abordagem quanto às relações internacionais e à reflexão do Estado enquanto entidade política (PARKER, 1998). Suas principais publicações foram “As grandes potências”, de 1905 e “O Estado como forma de vida”, de 1916. Ao longo do seu percurso acadêmico modificou o conceito de Geopolítica. Quando utilizou o termo pela primeira vez em 1899 apresentou a definição “a ciência do Estado como uma entidade espacial”. Já em 1916 definiu a Geopolítica como “a teoria do Estado como um organismo geográfico ou fenômeno no espaço” (PARKER, 1998, p.17). Assim como Ratzel, Kjéllen utiliza a ideia do Estado como um organismo territorial.

O professor sueco manifesta simpatia pela Geopolítica enquanto um saber engajado, tendo seu estilo e conteúdo avaliado por Wanderley Messias da Costa como “semelhante a um receituário explícito do imperialismo que tanto assombraria a Europa e o mundo” (COSTA, 2013, p.57). Muitos autores ressaltam que Kjéllen construiu um discurso a favor do expansionismo alemão, colocando estereótipos no teórico sueco como germanófilo (COSTA, 2013), ideólogo de direita, conservador e nacionalista (PARKER, 1998). Cohen endossa este grupo de autores ao afirmar sobre a obra de Kjéllen:

Adotando o conceito de Estado orgânico de Ratzel considerou a ascensão da Alemanha como uma grande potência algo inevitável e desejável. Os interesses da Suécia seriam cumpridos no momento em que a mesma fosse inserida em um novo bloco Centro-Europeu que abrangeria a Escandinávia, o Báltico e os Balcãs, compreendendo o leste europeu e dominado por uma Alemanha ascendente (COHEN, 2009, p.24, TRADUÇÃO NOSSA).

Assim como Mahan, Ratzel e Kjéllen, o nome do inglês Halford Mackinder se associa à origem da Geopolítica. Além de ser reconhecido por seus trabalhos acadêmicos, Mackinder ocupou o cargo de alto comissário britânico no sul da Rússia após a Primeira Guerra Mundial (entre 1919 e 1920). Preocupou-se com o embate entre o poder marítimo e terrestre, formulando a teoria do *Heartland*, que foi abordada em suas três relevantes obras: “*The Geographical Pivot of History*” (1904), “*Democratic Ideals and Reality*” (1919) e “*The Round World and the Winning of the Peace*” (1943). Publicou também, no ínterim das obras de 1919 e 1943 textos cujo objeto de estudo era a epistemologia da Geografia e objetos específicos da preocupação imperialista inglesa (PARKER, 1982).

Mackinder vivia nos tempos de declínio relativo do poder inglês. Assim, via na ascensão do poder de potências terrestres uma ameaça à hegemonia britânica, que era baseada no poder marítimo. Além disso, expressavam sua profunda ansiedade quanto ao futuro da Grã-Bretanha (KEARNS, 2009). Nesse sentido, como teórico, Mackinder se consolida como um anti-Mahan. (ARON, 2002). A tese defendida acerca da relevância do poder terrestre se baseia em uma premissa geral que se sustenta no fato de que “o poder terrestre poderia conquistar as bases do poder marítimo, caso conseguisse adicionar à sua retaguarda continental uma frente oceânica que lhe possibilitasse tornar-se um poder anfíbio, simultaneamente terrestre e marítimo (MELLO, 1999, p.39)”.

O pensador inglês focou boa parte de sua ideia sobre a possível preponderância do poder terrestre na questão da mobilidade. Em dado período da história, os mares puderam garantir ao homem a mobilidade com eficácia. Em suas palavras: “a mobilidade do oceano é a rival natural da mobilidade do camelo ou do cavalo no coração do continente” (MACKINDER, 2003, p.30). Contudo, com a evolução tecnológica, Mackinder passou a considerar o uso das ferrovias como um dos pilares da preponderância do poder terrestre sobre o marítimo, o que fica claro quando ele afirma que

As ferrovias transcontinentais estão agora transformando as condições de poder terrestre e, em nenhum lugar elas poderiam ter tanto efeito quanto nas estepes fechadas do coração do Heartland euroasiático, vastas áreas as quais nem a madeira e nem a pedra eram disponíveis para a construção de rodovias. As ferrovias fazem as grandes maravilhas da estepe, pois elas substituem diretamente a mobilidade do cavalo e do camelo. (MACKINDER, 2003, p.30, TRADUÇÃO NOSSA).

Mackinder assumiu posteriormente que o contraste que havia observado entre o suprimento das forças britânicas na África do Sul por navio e das forças russas na Manchúria por ferrovia ajudou-o a consolidar a ideia da supremacia do poder terrestre (PARKER, 1982; ARON, 2002). A alardeada supremacia do poder terrestre é sintetizada por uma das imagens mais claramente associadas ao legado intelectual de Halford Mackinder: o *Heartland*.

Ainda em 1904 o autor teorizou acerca de uma área interior da Eurásia (*Heartland*), que seria impenetrável pelo poder marítimo e se tratava de uma porção do espaço pivô da política mundial. Essa

área incluiria basicamente as florestas da Sibéria na sua porção norte e as estepes no sul, cercada por desertos e estepes semiáridas do sul da Ásia (COHEN, 2009). Teria ainda a proteção de largos rios que a cortavam no sentido sul-norte tornando a natureza um dos seus principais aliados na estratégia militar (PARKER, 1982). Mackinder alertou que quem comandasse o coração do mundo (numa referência a esta área estratégica) teria ao seu dispor a base para a dominação mundial, sobretudo devido à vantagem conferida pelas ferrovias sobre os navios, que se manifestaria tanto em termos de tempo (no transporte de equipamentos militares e no comércio) como em alcance. Este raciocínio encontra síntese no seu alardeado axioma: Quem domina a Europa Ocidental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo (MELLO, 1999).

Mahan, Kjéllen, Ratzel e Mackinder são nomes fundamentais do estudo da Geopolítica clássica, que remonta aos últimos anos do século XIX e ao início do século XX. Os seus trabalhos espelham o contexto de sua época e, sobretudo nos casos de Mahan, Ratzel e Mackinder, espelham também o ponto de vista dos seus respectivos países frente à ordem mundial do seu tempo. Mello (1999), ao falar do legado de Mackinder, ensina-nos como bem aproveitar o estudo dos textos clássicos que incorporam o cânone do pensamento geopolítico:

Quando deslocado de uma época que pertence ao passado e confrontado com as duras realidades do momento presente, o pensamento de Mackinder padece, em certos aspectos, de uma visível obsolescência, ao mesmo tempo que revela, em muitos outros, uma inegável atualidade, como sói de acontecer, de resto, com o pensamento de todos os grandes autores clássicos (MELLO, 1999, p. 194).

Apesar de ser considerado como limitado, frente à realidade política atual, o período clássico da Geopolítica não deve ser ignorado do fazer geopolítico contemporâneo. A Geopolítica do nosso tempo é marcada pelo seu caráter híbrido (composto pela contribuição de diversas correntes) e diacrônico (constituído de ideias paridas em ínterims temporais distintos). Deste modo, teorias do período clássico deixaram o seu legado no pensamento do nosso tempo. Muitas premissas abordadas nos seus textos clássicos ainda são válidas e ainda merecem ser consideradas. Se assim não fosse, as diversas disciplinas de Geopolítica ministradas em cursos espalhados pelo mundo estariam perdendo tempo ao abordarem o período clássico. O pensamento realista, associado à origem da Geopolítica, é um exemplo inequívoco do legado da Geopolítica clássica para a contemporaneidade. Afinal, em muitos casos, as premissas realistas são muito utilizadas para a interpretação das relações interestatais. Contudo, como já foi dito, o fazer geopolítico contemporâneo não pode ficar restrito às premissas da Geopolítica Clássica. É absolutamente anacrônico, por exemplo, levar em conta o poder terrestre mackinderiano na abordagem geopolítica contemporânea, esquecendo-nos assim do papel do poder aéreo nas guerras do nosso tempo. Devemos considerar as novas características da política mundial para hermeneuticamente traduzirmos o pensamento dos autores clássicos e os seus principais fundamentos.

## O REALISMO NA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA

Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjélen são nomes, como vimos, associados à origem da Geopolítica. Suas abordagens são marcadas pelo viés realista, que predominou, inclusive, como forma de abordagem Geopolítica (e também em campos de interpretação correlatos como a Ciência Política e as Relações Internacionais) em boa parte do século XX. Joseph Nye (2009) acredita que o pensamento leigo se baseia em uma fundamentação realista, o que talvez possa ser explicado por intermédio da força da tradição dos seus pressupostos. Em suas palavras:

Tucídides é o pai do Realismo, a teoria que a maioria das pessoas usa ao pensar na política internacional, mesmo quando não sabe que está usando uma teoria. As teorias são instrumentos indispensáveis que usamos para organizar os fatos. Muitos dos líderes atuais e redatores editoriais usam as teorias realistas mesmo que não tenham ouvido falar de Tucídides (NYE, 2009, p.15).

Somente nas décadas finais do século XX a teoria realista deu espaço para interpretações concorrentes, que se mostraram mais eficazes para a interpretação de fenômenos que não se manifestavam (ou se manifestavam de forma incipiente) à época da gênese da Geopolítica. Mesmo com o surgimento de novos fenômenos que impactam nas relações internacionais, o Realismo não perdeu o seu poder explicativo e permanece como uma alternativa viável de interpretação para àqueles que se aventuram a fazer a análise geopolítica. Contudo, cabe avaliar se o objeto de análise é alvo de

interferências que ultrapassam o escopo do Realismo, o que sugeriria a consideração do uso de outras correntes explicativas.

É importante considerar que um sistema internacional de Estados se forma quando dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com profundo impacto recíproco em suas decisões. Naturalmente, dois ou mais Estados podem existir sem formar um sistema internacional. Hedley Bull (2002) lembra que as comunidades políticas independentes que existiam no continente americano antes da chegada de Cristovão Colombo não formavam um Sistema Internacional juntamente aos Estados Europeus. Entretanto,

Quando os Estados mantêm contato regular entre si, e quando, além disso, a sua interação é suficiente para fazer com que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário no cálculo dos outros, podemos dizer que eles formam um sistema (BULL, 2002, p.15).

O pressuposto descrito é fundamental, pois, é no seio do Sistema Internacional de Estados e de uma tradição realista foi que ocorreu a gênese da Geopolítica. O Realismo possui como premissas básicas:

- 1) uma visão pessimista sobre a natureza humana;
- 2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra;
- 3) apreciação pelos valores de segurança nacional e de sobrevivência estatal;
- 4) um ceticismo básico com relação a existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional. (JACKSON e SORENSEN, 2007, p.102).

Além das premissas destacadas, o Realismo Político parte do pressuposto de que o Sistema Internacional de Estados se constitui em uma sociedade anárquica, ou seja, que o seu arranjo não é mantido por alguma entidade que esteja em um plano superior aos Estados e que possa interferir de forma decisiva no seu comportamento dentro do sistema. O arranjo do Sistema Internacional de Estados se desenharia a partir da balança de poder que envolve os seus membros. Tais balanças seriam capazes de induzir alianças e comportamentos dos Estados que estariam envolvidos em uma política de poder. Nesse sentido o comportamento das grandes potências é melhor explicado pelo arranjo do ambiente internacional do que pelas suas características internas (MEARSHEIMER, 2001).

A segurança nacional e a sobrevivência estatal são valores que impulsionam a doutrina e a política externa realista. O Estado é considerado essencial para a vida dos seus cidadãos, para garantir os meios e condições de segurança e do bem-estar, uma vez que, na sua ausência, a vida humana está limitada a ser solitária, pobre, desagradável, bruta e curta (JACKSON e SORENSEN, 2007, p.103). O pessimismo que recai sobre a natureza humana é atenuado no ambiente doméstico dos Estados pela existência do Leviatã (governo), prevalecendo à anarquia no ambiente internacional. As instituições e os regimes internacionais, criados para dar outra forma ao ambiente anárquico entre os Estados, seriam, na visão realista, pedaços de papel a mercê dos países mais poderosos. Contudo, a balança de poder entre os Estados seria capaz de impor certa ordem na anarquia, exercendo, ainda que de forma moderada, o papel de uma entidade supraestatal ( KISSINGER, 2015) e garantindo as funções precárias que se espera de um Leviatã.

Como ocorre em diversos campos do saber, existem divergências existentes entre os autores realistas, que não cabe aqui problematizá-las. Torna-se relevante, para as reflexões propostas neste artigo, a ideia de que para o Realismo, em suma, o Estado é o ator fundamental da política internacional e nenhum outro ator está hierarquicamente situado em uma posição superior a ele.

As teorias do poder marítimo, do espaço vital e do poder terrestre ou Heartland (elaboradas respectivamente por Mahan, Ratzel e Mackinder) posicionam-se como realistas à medida que:

- centram a análise nos Estados como entidades que movem a política mundial;
- desconsideram a relevância de outros atores na arena política mundial;
- reasaltam a competição entre os Estados e negligenciam a cooperação;
- descrevem um estado de tensão ou guerra permanente, dando enfoque pessimista às relações internacionais.

Tal perspectiva não era absurda para a época, marcada pelo imperialismo e pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial. Outros atores concorrentes ao Estado ainda não eram identificados como capazes de interferir na ordem política das Relações Internacionais. Contudo, após a segunda metade do século XX, transformações profundas fizeram com que outras premissas concorrentes ao Realismo Político viessem a tona, lançando novos desafios à interpretação Geopolítica.

### **BRAVO NOVO MUNDO**

O Realismo Político, predominante no início do século XX nos trabalhos caracterizados como pertencentes à Geopolítica Clássica, passou a conviver com outras correntes no campo das Relações Internacionais. Algumas destas correntes já existiam previamente, sendo reinventadas e apresentadas com roupagens que melhor se associavam ao contexto do mundo que se desenhava no ocaso da Guerra Fria. Deste modo, a consideração de novas abordagens e do papel de novos atores não-estatais no Sistema Internacional de Estados se apresenta como uma alternativa viável, apoiada em vasta literatura e em argumentos que são condizentes com as características do mundo contemporâneo. Destacam-se como características do novo mundo que forçaram a reflexão geopolítica para além das premissas realistas a ascensão das grandes questões ambientais e a intensificação das relações políticas, econômicas e sociais entre as nações.

O início dos anos 1970 marcou o renascimento da Geopolítica a partir de forças que surgiram em meio à revolução teórica e quantitativa da Geografia como também de sua corrente crítica. Estas duas abordagens geopolíticas retiraram este campo do saber do estado letárgico em que se encontrava desde o final da Segunda Guerra Mundial, devido a, principalmente, o entendimento insensato de parte importante do mundo acadêmico de que o conhecimento havia contribuído para os horrores da Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2003; ARCASSA, 2014). Ao lado destas mudanças observadas no campo da Geopolítica, foi possível assistir ao longo das décadas de 1970 e 1980 a consolidação do período da *détente* entre as duas principais potências globais.

Convivendo com o contexto descrito, as preocupações ambientais tornaram-se um importante ponto de discussão da política externa de muitos países. Isto ocorreu devido ao alerta de cientistas acerca de grandes problemas ambientais que passaram a ser monitorados em escala global. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorreu em 1972 em Estocolmo e foi um importante marco para as discussões ambientais em âmbito global. Desde a realização deste evento, inúmeras instituições não governamentais (ONGs) foram criadas em nome de causas ambientais. Além disso, como resultado do alarde provocado pelas pesquisas que indicavam a ampliação do buraco na camada de ozônio, do agravamento do efeito estufa, do avanço da desertificação e da alarmante diminuição da biodiversidade, foi criado um cenário para novas conferências que pudessem produzir resultados mais concretos no âmbito da cooperação ambiental entre Estados. De acordo com Mota et.al. (2008), a ECO-92 é considerada por grande parte dos analistas como a maior conferência mundial no imediato pós-Guerra Fria, sendo uma decorrência natural da Declaração de Estocolmo de 1972 e, para muitos, a mais densa conferência do período pós-1991.

A ascensão das preocupações ambientais trouxera para o âmbito global um sentimento de emergência no que tange à necessidade de adoção de um comportamento mais cooperativo do que conflitivo entre os Estados-Nação, no intuito de evitar o cenário da Tragédia dos Comuns, descrito em artigo homônimo por Garret Hardin (1968). Como alertam alguns autores, como Thomas Homer-Dixon, os problemas ambientais futuros podem conduzir as nações a situações conflituosas. Em "*Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases*", Homer-Dixon (1994) associa a escassez de recursos naturais à ocorrência de violência e à possibilidade de futuras guerras ambientais. Já em "*On The Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict*", o mesmo autor alerta que as mudanças climáticas podem conduzir países à guerra em um futuro próximo (HOMER-DIXON, 1991). As temáticas ambientais tornaram-se mais divulgadas nas últimas décadas, possibilitando a penetração das mesmas nas agendas políticas internas e externas, além da atuação de ONGs e outras formas de participação da sociedade civil. Como extrapola o domínio do Estado e abre espaço para a participação de outros atores, a temática ambiental foi uma das pioneiras no que se refere ao incentivo do uso de pressupostos não realistas para a interpretação das relações internacionais na segunda metade do século XX.

Contudo, não foram somente as temáticas ambientais que motivaram o resgate da noção francesa do agrupamento, que viria a desafiar a antiga mentalidade de um sistema internacional composto por unidades competitivas. Albert Demangeon, autor francês que produziu intensamente no período entre as Grandes Guerras Mundiais, ficou conhecido por enfatizar que a circulação era um fator essencial

para findar o isolamento dos Estados e que os grandes eixos de circulação seriam as autoestradas da mudança e da integração (PARKER, 1998). Considerando a integração política e econômica um meio de mudança do comportamento dos Estados, Demageon se afasta na tradicional abordagem realista em um período em que a Geopolítica era profundamente dominada por ela. Jacques Ancel, outro nome da escola francesa, não fica muito longe desta acepção em seu trabalho sobre as fronteiras. Para ele, a fronteira não era uma barreira rígida, mas uma periferia sempre temporária, e, neste particular, não havia nada de natural nela (PARKER, 1998). Ancel considera ainda que os limites de um Estado oscilariam como o resultado de um fluxo perpétuo entre entidades políticas. Um dos emblemáticos raciocínios de Ancel diz respeito ao futuro da disputa pelo poder. Para o francês, o caminho para o futuro não repousa em futuras aquisições de poder, mas na criação de ententes ou de agrupamentos que seriam flexíveis mediante as realidades humanas que estariam por se desenhar no horizonte. As ideias dos pensadores franceses que se consolidaram nos anos 1920 e 1930 são visionárias e são resgatadas com muita força na década de 1970, como um reflexo do crescimento das relações entre Estados provocados pelo aprofundamento da integração econômica, política e social promovida em parte pelo avanço da flexibilização produtiva.

John Agnew (2008) tem se dedicado recentemente a analisar os novos contornos geopolíticos advindos da profunda integração econômica do nosso tempo. Para o autor, a lógica da avaliação geopolítica restrita às relações entre Estados tem se tornado ineficaz na análise geopolítica. Assim afirma o autor:

No global “passado”, a economia mundial foi, em grande parte, estruturada (mesmo que nunca completamente) em torno de entidades territoriais, como os estados, impérios coloniais e esferas de influência geopolítica. A principal novidade de hoje é o papel crescente na prosperidade econômica e no subdesenvolvimento dos fluxos transfronteiriços em relação aos Estados nacionais e às redes que ligam cidades entre si e com suas zonas interiores, assim como o aumento da diferenciação entre as localidades e regiões, como resultado dos desvios espaciais construídos entre o fluxo das redes (AGNEW, 2008, p.207).

Este novo ambiente econômico, com consequências políticas e sociais foi o campo fértil para a ascensão de uma corrente das Relações Internacionais que passou a rivalizar com o tradicional Realismo Político: o Liberalismo.

Dentre as premissas básicas do Liberalismo se enquadram: uma visão positiva da natureza humana; uma convicção de que as Relações Internacionais podem ser cooperativas em vez de conflituosas e uma crença no progresso (JACKSON & SORENSEN, 2007, p.151). Apesar de existirem estas premissas que norteiam a abordagem liberal, existem algumas diferentes formas de interpretar o Liberalismo, o que motivou a existência de diversas nomenclaturas que aludem às preferências metodológicas de cada pesquisador que envereda pelo seu campo. Destacam-se o Liberalismo Sociológico, o Institucional, o Republicano e o da Interdependência.

O Liberalismo Sociológico considera que a interação entre as sociedades, grupos e indivíduos estão retirando o protagonismo dos Estados enquanto condutores das Relações Internacionais. O Liberalismo Institucional, por sua vez, não reproduz *ipsis litteris* a visão idealista de que as instituições poderiam transformar a sociedade internacional de Estados de uma “selva anárquica” para um “zoológico pacífico e regulamentado” (a partir das regras que as instituições estabeleceriam entre os Estados). Para os liberais institucionais, as instituições não seriam simples “pedaços de papel” que estariam sujeitos às intenções das nações mais poderosas, pois possuem importância autônoma e são capazes de promover a cooperação entre os Estados (JACKSON & SORENSEN, 2007). Desta forma os liberais institucionais se posicionam no meio termo entre os idealistas e os realistas. Já o Liberalismo Republicano defende a ideia de que as democracias são mais pacíficas e cumpridoras da lei do que outros sistemas políticos. O argumento não sugere a ausência de guerras à medida em que as democracias já travaram conflitos violentos. A diferença é que as democracias não lutam umas com as outras. Este argumento não é novo e faz parte de uma abordagem kantiana. Mais recentemente, o cientista político Francis Fukuyama (1992) resgatou a temática no seu livro “O Fim da História e o último Homem”. Um grande nó no argumento liberal republicano é acerca da qualidade das democracias ou da sua própria definição. O cientista político Robert Dahl (2005), por exemplo, colocava em xeque a existência das democracias ao propor uma definição pouco flexível que exigia dos sistemas políticos a realização de utopias para o sacramento da democracia plena. A corrente do Liberalismo da Interdependência, por sua vez, pode ser descrita a partir das seguintes premissas:

A interdependência significa uma dependência mútua: as pessoas e os governos sofrem o impacto do que acontece em todos os lugares, das ações de seus semelhantes em outros países. Dessa forma, um grau mais elevado de relações



transnacionais entre os Estados proporciona uma interdependência maior. Isso também expressa o processo de modernização, que intensifica a interdependência entre os países (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 159).

Os teóricos da interdependência geralmente argumentam que desde que a sobrevivência da raça humana é ameaçada pelas questões ambientais assim como pelos perigos militares, os conflitos gerados pelos interesses entre Estados e pessoas não mais existirão. Esta conclusão se dará se as três condições a seguir se cumprirem: como primeira condição, um sistema econômico internacional em que todos dependem de um sistema ecológico básico que esteja em perigo; como segunda condição, um quadro em que todos os Estados estejam em condições de vulnerabilidade quanto a uma catástrofe e, como última condição, um cenário em que somente houver uma solução para o problema que se apresente diante dos Estados (KEOHANE e NYE JR., 2012).

Contudo, os países não se apresentam, em um mesmo tempo histórico, portadores de situações políticas, econômicas e sociais semelhantes. Este fato sugere desequilíbrio no processo de integração global e, por outro lado, a possibilidade dos países recorrerem à violência no cenário internacional. Para pontuar tais diferenças, Joseph Nye Jr. (2002) dividiu o mundo em três grupos de países: o primeiro seria formado por Estados pobres e pré-industriais, que geralmente são remanescentes de impérios que entraram em colapso; o segundo grupo seria formado por países em processo de modernização e industrialização, tais como a Índia e a China; e o terceiro seria formado por sociedades pós-industriais que prevalecem na Europa, na América do Norte e no Japão. Para o autor, o uso da força é uma solução comum para o primeiro grupo, ainda aceitável para o segundo grupo e menos tolerável para o terceiro (NYE JR., 2002). Os três grupos de países notavelmente apresentam diferentes níveis de inserções no cenário global. Ao longo das últimas décadas, um grande número de artigos e livros surgiu com a intenção de discutir o papel do aumento das relações econômicas em âmbito global como meio de diminuir a probabilidade de conflitos entre Estados. Apesar de uma parcela importante dos liberais concordar que a interdependência é um fator chave para a redução dos conflitos entre Estados, existe muito ceticismo quanto a essa possibilidade (COPELAND, 2015). Estas divergências teóricas ajudam a explicar a grande fragmentação existente nas correntes de interpretação existentes no seio das Relações Internacionais. É importante destacar que as correntes do Liberalismo descritas são um tanto quanto híbridas e permeáveis, permitindo que muitos autores associados ao seu campo utilizassem elementos de diversas correntes liberais.

## **OS JOGOS EM MÚLTIPLAS ARENAS E O LUGAR DO REALISMO POLÍTICO NA INTERPRETAÇÃO GEOPOLÍTICA**

A ascensão de novos paradigmas no novo mundo não eliminou o Realismo Político como corrente de interpretação dos fenômenos de natureza política, mas modificou a forma de utilização de suas premissas por parte do intérprete. Como foi dito, novas questões ganharam corpo e começaram a atuar com as premissas realistas em um complexo jogo em múltiplas arenas, em que os comportamentos dos Estados passaram a ser também guiados por variáveis pertencentes aos chamados jogos em múltiplas arenas ou aninhados. Assim, as ações do Estado, dentre a multiplicidade de outros atores relevantes que passaram a atuar em âmbito global (instituições internacionais, grandes corporações empresariais, o peso da sociedade civil em ambientes ditos democráticos, dentre outros), passaram a ser fruto de uma engendrada equação de múltiplas variáveis. Esta ação, em tese promovida pelo Estado (ainda que guiada por novos paradigmas contemporâneos), coloca o mesmo na posição de um jogador, cujo ambiente de disputa é a arena global. George Tsebelis assim faz a leitura da ação humana em um ambiente de disputa

Sustento que a atividade humana é orientada pelo objetivo e que os atores individuais e institucionais tentam promover ao máximo a realização de seus objetivos. A este pressuposto fundamental chamo “pressuposto da racionalidade” (TSEBELIS, 1998, p.21).

Quando a escolha de um ator (um Estado em nossa analogia) aparentemente não condiz com o “princípio da racionalidade”, diz-se que foi feita uma opção subótima, em que os ganhos (*payoffs*) advindos de um jogo não foram os melhores possíveis. A perspectiva do ator racional não permite espaço para esse tipo de escolha. Contudo, tais escolhas parecem se observar na dinâmica concreta das interações. Tsebelis pretende, sem abandonar o pressuposto da racionalidade, explicar tais escolhas. O autor trabalha com a hipótese dos jogos aninhados – que seriam jogos em múltiplas arenas – a partir da qual escolhas subótimas seriam possíveis. Na visão de Tsebelis (1998), casos de escolhas aparentemente subótimas seriam, na verdade, exemplos de discordância entre o ator e o observador

(ator é aquele que participa do jogo; observador é aquele que avalia ou analisa o jogo). Segundo esta abordagem, haveria duas possibilidades explicativas para esta discordância: ou o ator de fato escolhe uma estratégia não-ótima, ele seria, portanto, não racional, ou o observador estaria enganado - não estaria neste caso observando o conjunto dos jogos que estariam sendo jogados.

Sobre a escolha do ator, Tsebelis considera que

Há dois casos em que o ator escolhe de forma subótima: se ele não puder escolher racionalmente ou se cometer um erro (...).

[...] Não penso que o primeiro caso seja importante no estudo dos fenômenos políticos. O segundo caso não pode ocorrer com frequência, pois, se o ator reconhece que estava enganado, é de se presumir que ele corrija o seu comportamento (TSEBELIS, 1998, p.22).

Quanto aos possíveis equívocos na avaliação do observador a respeito das escolhas do ator, o autor afirma que

Há também dois casos em que o observador pode não reconhecer o curso racional da ação. Primeiro, o observador comete um erro, pensando que a ação ótima é  $A_i$ , quando não é. Segundo, o observador pensa que o conjunto de ações possíveis se limita a  $A^1, \dots, A_n$ , quando não é o caso – pode haver algumas outras opções, inclusive alguma melhor que  $A_i$  (TSEBELIS, 1998, p.22).

Em sistemas eleitorais resolutos que contam com a possibilidade de segundo turno quando a maioria simples dos votos não é atingida no primeiro turno, eleitores podem fazer escolhas subótimas na tentativa de eliminarem da disputa candidatos mais ameaçadores àqueles que são de sua preferência.

Se, com informação adequada, a escolha de um ator parecer subótima, é porque a perspectiva do observador está incompleta. O observador centra a sua atenção em apenas um jogo, mas o ator está envolvido em toda uma rede de jogos – o que chamo de jogos ocultos. O que parece subótimo na perspectiva de um único jogo é na verdade ótimo quando é considerada toda a rede de jogos (TSEBELIS, 1998, p.22).

Segundo esta abordagem, se os atores não escolhem o que parece ser a estratégia ótima é porque estão envolvidos em jogos em múltiplas arenas. Os esclarecimentos de Tsebelis nos servem como analogia aos Estados no ambiente internacional. Estados que reúnem um conjunto mais relevante de *capabilities* (recursos de poder), podem muitas vezes, ao olhar da interpretação Geopolítica centrada somente em um plano de disputa, estarem agindo de maneira pouco efetiva no que tange aos seus interesses. Contudo, a consideração de outros planos de disputa, ocultos aos olhares mais descuidados dos analistas, podem estar interferindo nas escolhas dos Estados no plano escolhido para a análise. O mundo contemporâneo é um ambiente de relações engendradas em que as disputas em múltiplas arenas melhor explicam as ações dos Estados no ambiente internacional. Dessa forma, é plausível considerar que as premissas do Realismo Político ainda se mostram válidas, ainda que recebam interferências notáveis do comportamento de outros atores por elas desconsiderados e que são relevantes na interpretação geopolítica contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA GEOPOLÍTICA RENOVADA

Mediante os argumentos trazidos pelo texto, é fortemente recomendada a interdisciplinaridade entre a Geografia (em especial, o subcampo da Geografia Política/Geopolítica), a Ciência Política e as Relações Internacionais, de forma a enriquecer a abordagem geopolítica por intermédio da junção das potencialidades destas ciências. A utilização solitária de modelos da Geopolítica Clássica no intuito da produção de explicação de realidades presentes se apresenta inadequada, face às transformações experimentadas, sobretudo na segunda metade do século XX. O Estado perdeu seu monopólio como elemento de análise geopolítica, em função da ascensão de novos atores políticos na arena internacional. Tal ascensão motiva a consideração de elementos analíticos de outras correntes além do Realismo Político, hegemônico à aurora do século XX.

As ações dos Estados se tornaram o resultado de uma engenhosa equação de múltiplas variáveis, sendo recomendada a consideração dos jogos em múltiplas arenas para uma compreensão mais ampla das relações de poder no mundo. A existência de outros atores além do Estado não é uma nova questão

da arena global. A novidade de fato é o aumento da relevância destes outros atores concorrentes ao Estado como protagonistas da política em escala global.

Da mesma forma em que o Estado ainda é importante ator das Relações Internacionais, as premissas do Realismo Político também não perderam o seu valor, mas devem ser analisadas mediante o arranjo dos jogos em múltiplas arenas, sob o risco do analista que negligenciar tal recomendação, não compreender as ações entre Estados que reúnem diferentes conjuntos de *capabilities* ou mesmo valorizar equivocadamente o papel das balanças de poder como elemento explicativo das relações internacionais.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. A nova configuração do poder Global. Salvador: **Caderno CRH**, Vol.21, número 53, p.207-219, Maio-Agosto de 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1993, 64 p.
- ARCASSA, Wesley de Souza. Karl Haushofer: A geopolitik alemã vai à guerra. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, I, 2014, Rio de Janeiro: **Anais do I Congresso brasileiro de geografia política, geopolítica e gestão do território**. Porto Alegre: Editora Letra; Rio de Janeiro: Rebrageo, 2014, p.254-266.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2002, 928 p.
- BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, 361 p.
- COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The geography of international Relations**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2ªEd., 2009, 491 p.
- COPELAND, Dale C. **Economic Interdependence and War**. New Jersey: Princeton University Press, 2015, 489 p.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2ª Edição, 2ª reimpressão, 2013, 349 p.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2005, 234 p.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, 489 p.
- HARDIN, Garret. The Tragedy of the Commons. **American Association for Advancement of Science**, Logan, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.
- HOMER-DIXON, Thomas. Environmental Changes as Causes of Acute conflict. **International Security**, Toronto, Vol.16, nº2, p.76-116, (fall), 1991.
- HOMER-DIXON, Thomas. Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases. **International Security**, Toronto, Vol. 19, Nº 1, p.5-40, (summer),1994)
- JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 445 p.
- KEARNS, Gerry. **Geopolitics and Empire: The legacy of Halford Mackinder**. New York: Oxford University Press, 2009, p. 344). <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199230112.001.0001>
- KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of British Naval Mastery**. London: Penguin Books, 1976, 405 p.
- KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph S. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, 4<sup>th</sup> Edition, 2012, 330p.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, 427 p.
- MACKINDER, Halford J. The geographical Pivot of History. In: TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. London: Routledge, 2003, 327 p.
- MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and realities**. New York: Henry Holt And Company, 1919, 266 p.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of Sea Power upon history**. Blacksmack Online, 2004. <http://www.blackmask.com>
- MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton and Company, 2001, 555 p.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Edsup, 1999, 225 p.

- MOTA, José Aroldo. Et al. Trajetória da governança ambiental. **Boletim Regional e Urbano do IPEA**, Brasília, Número 1, dezembro, p.11-20, 2008.
- NYE JR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009, 369 p.
- NYE JR, Joseph S. **The paradox of American Power: Why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford University Press, 2002, 222p.
- PARKER, Geoffrey. **Geopolitics: Past, Present and Future**. London: Pinter, 1998, 199 p.
- PARKER, William Henry. **Mackinder: Geography as an aid to statecraft**. Oxford: Clarendon Press, 1982, 295 p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Khedyr, 2011, 242 p.
- SILVA, Altiva Barbosa da. A geopolítica alemã na república de Weimar: O surgimento da revista de geopolítica. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, 1(2), Dezembro, p.1-15, 2003.
- TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- TUATHAIL, Gearóid. O. **Critical geopolitics**. London: Routledge, 2ª Edition, 2005, 250 p.

---

Recebido em: 17/06/2017

Aceito para publicação em: 31/10/2017